



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

Declaração Política
2004/03/16 – José Decq Mota

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

O passar do tempo tem tornado absolutamente claro que o actual Governo da República da responsabilidade do PSD e do PP não tem qualquer espécie de consideração pela economia produtiva regional, não tem vontade política enraizada que permita o tratamento adequado das nossas especificidades e falta-lhe firmeza na defesa inequívoca, profunda e só assim eficaz, do estatuto das regiões ultraperiféricas.

Nestes dois anos de Governo do PSD e do PP o que mais se viu foi a tendência uniformista no tratamento dos problemas, sem consideração pelas particularidades das Regiões Autónomas; o que mais se viu foi a velha atitude de “sacudir a água do capote”; o que mais se viu foi a tentativa de enganar, desvirtuar, desresponsabilizar fingindo que está tudo a ter veloz e atento andamento.

Nestes mesmos dois anos assistimos também ao espectáculo político inaceitável de ver as direcções regionais dos partidos que formam o Governo da República a apoiarem, em termos finais, sempre, esse Governo, mesmo quando a assumpção dessa postura os coloca frontalmente contra óbvios e directos interesses dos Açores e dos Açorianos.

É neste quadro político onde as especificidades são desvalorizadas ou subvalorizadas, onde os problemas são manipulados, onde as motivações reais das atitudes são sombreadas, que se tem desenvolvido vários processos contrários ao futuro da nossa economia produtiva, com relevo para as questões que se prendem com a fixação e gestão da quota do leite e com as questões que se prendem com a gestão e a fiscalização da ZEE contígua aos Açores.

É sobre esta última matéria que versará esta Declaração Política, definido que está o quadro político em que o assunto tem evoluído.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Como “factos são factos”, como está na moda dizer-se, comecemos pelos factos objectivos:

De Janeiro para cá é muito elevado o número de barcos de pesca espanhóis, que apesar do rigoroso inverno no mar, têm evoluído dentro da ZEE contígua aos Açores, quer na faixa entre as 100 e as 200 milhas, quer mesmo, em certos locais dentro da faixa das 100 milhas;

Veio a público, por um desses barcos, haver documentos de autorização dessas pescarias passados pelo Ministério das Pescas de Espanha;

Não foi dada qualquer noticia pela qual se tivesse conhecimento que o Sistema de Autoridade Marítima tivesse tido ordens para actuar a propósito dessa presença sistemática de navios de pesca espanhóis.

Da informação vinda a público registe-se que é assinalada a presença de uma frota impressionante, com muitos dos barcos a pescar entre as 100 e as 200 milhas mas, com pelo menos 20 a pescar dentro das 100 milhas.

Esta pescaria, feita de inverno com este grau de intensidade, ao abrigo, ao que parece, de um Regulamento sobre o qual há legítimas dúvidas que esteja em vigor e feita também, em muitos casos, em violação desse próprio Regulamento, só pode acontecer não perante a simples passividade mas antes pela anuência, seja de que forma for, do Estado que é lesado!

O termo é este: que é lesado!

Que credibilidade têm as informações, muito pias, de origem comunitária ou governamental da República, segundo as quais “o esforço de pesca nos mares ocidentais não é para aumentar”?

Fazem os senhores Ministro, Secretário de Estado e respectivos apoiantes regionais ideia do que significa, no atlântico, uma pescaria de inverno, em locais limitados, com 70 navios de elevada capacidade de captura?

Não sabem esses mesmos senhores que a Região Autónoma dos Açores, legitimamente, contesta o referido Regulamento e pediu a intervenção do Tribunal Europeu de 1ª instância?

Acham possível e legítimo que essa pescaria se faça sem que se saiba quais são as artes, as espécies e as quantidades capturadas?

Porque é que as entidades militares a quem compete a fiscalização da ZEE, como águas de Jurisdição Nacional que são, não actuam? Por ordem de quem?

Tudo isto leva o Grupo Parlamentar do PCP a concluir que o Governo da República tem altíssimas responsabilidades directas na insustentável situação que está criada.

Nesta época em que está na moda dizer “que factos são factos” e que um dos factos apontados é “que os Açores são a Região mais pobre de Portugal” é tempo de se dizer que outro facto que está a ser criado pelo Governo do PSD e do PP é o de contribuir para o crescimento do PIB de Espanha em vez de lutar pelo crescimento do nosso e tudo isto à custa dos nossos parcos recursos.

Terá assim que se concluir que, com estes factos criados pelo PSD e PP, a Região Autónoma dos Açores continuará pelo tempo adiante a ser a Região mais pobre de Portugal.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Entretanto estive na Região o Ministro da Agricultura e Pesca, Eng.º Sevinate Pinto, que deixou a sua passagem muito negativamente marcada pelo conteúdo da desastrosa entrevista que concedeu à RTP/Açores em 07 de Março de 2004.

O Ministro Sevinate Pinto atreveu-se a dizer, certamente mal inspirado por alguém, que até a Assembleia Legislativa Regional dos Açores tinha “defendido as 12 milhas mais uma pequena área contígua”. Não me preocupo em demonstrar aqui o contrário porque, todas as senhoras e senhores deputados sabem que aqui aprovamos todos “a manutenção do regime que então vigorava” para esta ZEE.

O Ministro Sevinate Pinto referiu-se à fiscalização da Pesca, no que toca à ZEE, como uma “competência regionalizada” o que não tem qualquer sustentação constitucional e legal.

O Ministro Sevinate Pinto, nessa entrevista, deu, na área das pescas mas também na agricultura, a imagem muito clara de que dificilmente terá havido, nestes 28 anos de Autonomia, um Governo da República tão empenhado, como este agora está, em limitar e diminuir a economia produtiva desta Região.

Governos houve, ao longo dos anos, que deram pouca atenção a alguns problemas específicos urgentes nas épocas respectivas; governos houve que aperream até ao limite as possibilidades financeiras, mas Governo da República como este, que corta meios, limita acessos e aceita medidas altamente restritivas umas e lesivas das próprias potencialidades regionais outras (como é o caso da pesca) só houve este.

Infelizmente tudo isto tem sido e é apoiado, portas adentro, mesmo quando é preciso deixar de dizer o que há bem pouco tempo se dizia.

Por tudo isto o Grupo Parlamentar do PCP lavra um veemente voto de protesto e lança a esta Assembleia e a toda a sociedade um apelo no sentido de ser continuada uma diversificada acção política e social que vise defender os nossos recursos pesqueiros, o seu equilíbrio e a sua capacidade de dar vida a um sector regional de pescas com importância económica e impacto social positivo.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Como órgão político que somos não podemos nem devemos limitarmo-nos às análises e aos apelos, todos legítimos e necessários.

Neste sentido e sem qualquer prejuízo da acção própria que o Governo Regional está a desenvolver no que respeita à gestão da zona de pesca contígua aos Açores, o Grupo Parlamentar do PCP irá apresentar, ainda nesta sessão, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, uma Proposta de Resolução que visa encarregar a Comissão Permanente de Economia de elaborar um Relatório a ser apresentado no Plenário de Junho de 2004, no qual se faça, com a profundidade possível, o exame das consequências para o equilíbrio dos eco-sistemas e a economia pesqueira regional da abertura dos nossos mares a frotas comunitárias, o exame das necessidades objectivas em termos de fiscalização, e o estudo da legalidade da própria Resolução que permite a abertura da ZEE.

Com a preparação deste Relatório e respectivas conclusões, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, através da Comissão de Economia fará uma tempestiva aproximação a um problema que é já muito sério e terá todas as condições políticas para fixar orientações e estabelecer recomendações que visem a defesa do nosso património natural e a viabilização futura na nossa actividade pesqueira.

Com esta iniciativa o Grupo Parlamentar do PCP pretende contribuir para a Resolução de uma questão muitíssimo séria para os Açores e os Açorianos.

Disse.